

Fluxos e territorialidade: comunidade quilombola como linha de fuga

Ione Maria Ghislene Bentz

Doutora; Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil
ioneb@unisin.br

Resumo

Este texto tem por objetivo o estudo da cultura quilombola na migração para espaços urbanos. O território urbano em foco é a Comunidade Quilombola Areal da Baronesa, situada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O referencial teórico tem inspiração nos desdobramentos das máquinas semióticas desenvolvidas por Deleuze e Guattari, com ênfase nos conceitos de fluxos e territorialidade. Serão analisados os significados simbólicos dos artefatos - comportamentos, rituais, práticas cotidianas, entre outras manifestações da Comunidade do Areal. As práticas de cultura estimulam as práticas de design. Essas práticas oferecem insumos para a discussão que as consideram como ecossistemas cujos processos projetuais criativos são capazes de produzir artefatos que transformam a realidade social. Serão contempladas a produção dos efeitos de sentidos, as expressões de cultura, o exercício do poder simbólico, as expressões do desejo e a inovação social.

Palavras-chave

Cultura. Design. Territorialidade. Linhas de fuga. Comunidade

1 Introdução

No contexto contemporâneo, em todas as esferas da sociedade, há sintomas de uma perplexidade que se movimenta entre a consciência de si e o apagamento do outro, entre a aporia e a ordem, entre o empoderamento e a submissão. É nessa polaridade que o sujeito transita. Os sujeitos aqui considerados são os quilombolas, organizados na Comunidade Quilombola Areal da Baronesa, situada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O referencial teórico tem inspiração nas proposições de Deleuze e Guattari (1955) sobre desdobramentos das máquinas semióticas e dos agenciamentos coletivos expressos nos enunciados de caráter social, com ênfase nos conceitos de fluxos e de territorialidade. Serão analisados os significados simbólicos dos artefatos - comportamentos, rituais, práticas cotidianas, entre outras manifestações, identificadas na Comunidade do Areal. As práticas de design, estimuladas pelas práticas culturais, ressaltam a relevância das ideias de Deleuze, não apenas como teoria ou ferramenta, mas como algo que ilumina a matéria para permitir que as formas surjam, e como estratégia para mapear topologias de espaços complexos. Esses espaços oferecem materiais para atualizações futuras e estimulam que as populações se desenvolvam como criaturas livres. Delas derivam insumos para a discussão que as considera como ecossistemas em que de processos projetuais criativos derivem dispositivos que possam transformar o mundo. Entre essas práticas estão a produção dos efeitos de sentidos, as expressões de cultura, o exercício do poder simbólico, as expressões do desejo e a inovação social.

A organização deste texto contempla as temáticas 'design', 'estruturas e fluxos' e 'dispersão e linhas de fuga', como forma de apropriação das práticas culturais percebidas em espaços urbanos definidos como territórios de cultura híbrida.

2 Expressões de cultura e design

Na superfície móvel dos objetos, um universo de códigos e linguagens se estruturam para expressar manifestações dos povos e de suas culturas. Essas realidades podem ser trabalhadas pelo design em projetos criativos de transformação social, e são compreendidas como ecossistemas complexos. Visto como agente estruturante, o design não apenas revela e organiza os planos de realidade sob forma de cenários, como vai tecendo superfícies sobre as quais a existência desenha referências, histórias e aprendizagens. É justamente por essa dimensão social estruturante e estratégica que o design assume lugar preponderante entre os demais dispositivos de entendimento e de formulação de tecnologias sociais.

O design estratégico enfatiza o estudo das estratégias elaboradas pelo design para orientar a ação projetual em organizações, em direção à inovação e à sustentabilidade. Essas estratégias são elaboradas pelo design em um processo que envolve todo o seu ecossistema de atuação. Desenvolve-se no âmbito das diversas relações implicadas na ação projetual, com desdobramentos metodológicos relevantes, no que concerne, especialmente, a uma

cultura de metaprojeto estimuladora de ações estratégicas para organizações complexas. O metaprojeto é compreendido como forma de enfrentar a complexidade por uma dinâmica de modelos simplificados para compreensão da realidade em sua diversidade, com boas oportunidades para a inovação. Assim, considera-se que a análise das experiências de design seja uma atividade metaprojetual (ZURLO, 2010) sobre processos projetuais também metaprojetuais (FRANZATO, 2014).

Não importa de que forma as coisas acontecem em sua materialização. Design aqui não é considerado uma coisa, mas um processo: um processo de mudança, invenção e especulação sempre possuindo implicações tangíveis que não podem deixar de afetar comportamentos e vidas. Essa concepção descreve um campo preocupado não só com a criação e materialização dos mundos possíveis, mas também com uma maneira de pensar criticamente e responder a questões que concernem ao mundo de hoje. Esse posicionamento aproxima Deleuze de Design, na medida em que ambos propõem práticas: a primeira, como prática de conceitos criativos; a segunda, como prática de possibilidades materializáveis. Assim, o modo de produção do novo não se limita à evolução criativa; a produção do novo não é algo transcendente, uma descoberta misteriosa ou uma drástica interrupção, mas é algo imanente que “acontece no tempo”. “Todas as virtualidades podem ser atualizadas.” (BRASSET; MARENKO, 2015, p. 18). É importante sublinhar que o virtual é sempre processo ou produção, tanto quanto produto; um espaço de múltiplas tendências ou propensões que podem ser atualizadas, em vez de uma sequência fixa com um objetivo predeterminado teleologicamente. É mote de uma força urgente, insistente, imprevisível, que pode inserir-se (e quebrar) a tangibilidade da realidade concreta.

Entre a multiplicidade de sentidos conferidos ao Design, ele também produz vetores que interseccionam uma multiplicidade de outras forças - política, econômica, social, cultural, experimental, institucional e também filosófica- e, ao fazê-lo, complexifica ainda mais o processo envolvido na construção do presente, do futuro e do passado. Não é o futuro, por si só, mas que atua na sua própria geração; não é a própria história que é projetada, mas o passado tornando-se presente. “Ser um designer, então, significa ocupar o espaço extraordinário entre o mundo como ele é, o mundo como ele poderia ser e o mundo que era. Isso significa estar sempre pronto para saltar para o desconhecido que, é claro, não se dá sem risco.” (BRASSET; MARENKO, 2015, p. 11).

Os engendramentos culturais são substratos da produção de dispositivos que integrem populações ao seu habitat. A referência às três ecologias de Guattari (2005)

favorece a aproximação acima referida, pois centradas no meio ambiente, nas relações sociais e na subjetividade. Propõe fórmulas para reinventar o mundo, a partir de toda e qualquer esfera da vida em sociedade (família, trabalho, cidade etc.). Ao propor o estudo de fenômenos complexos, cultura e design articulam as matérias dessas ecologias. As transformações na sociedade levam à necessidade de reinvenção de modos de ser do indivíduo no meio social para renovação da relação do sujeito com o corpo, com suas instâncias psíquicas, individuais e coletivas (GUATTARI, 1990). A necessária articulação ético-estética e política favorece o tracejamento de estruturas rizomáticas para expressão de combinações múltiplas.

A heterogênese, processo contínuo de ressingularização, é um dos responsáveis pela estruturação rizomática. Dela surgem novos dispositivos de ressingularização com a subjetividade como meta, a partir de um olhar transversal, de modo a operar no âmbito dos agenciamentos sociais institucionais. Pela reconquista de um grau de autonomia criativa num campo particular e pela reconstrução das relações humanas em todos os níveis, esses processos ressignificantes acontecem. O indicativo é que se deva escapar da elaboração de modelos de como ser ou viver, para pensar propostas que considerem o 'outro', ou seja, tudo aquilo que produz efeitos nos corpos e nas maneiras de viver. O que se pretendeu ver na comunidade quilombola foi um espaço particular de construção heterogênea.

3 Estruturas e fluxos

Se as estruturas são capazes de responder aos desafios trazidos pela complexidade da cultura - modo de nomear o conjunto de produções humanas e objetos culturais (ECO, 2000) ou a maneira de viver de uma sociedade -, quem lhes garante dinamicidade é o reconhecimento dos fluxos que são identificados nas realidades observadas. Esse conjunto contém em si vários sistemas (virtualidades) que correspondem às instituições sociais e seu funcionamento, em escopo amplo que vai da língua aos regimes políticos e às práticas cotidianas, das regras sociais aos rituais e mitos.

Guattari (2011) reconhece que a singularidade do desejo, as influências históricas externas e as ramificações maquínicas possuem estatuto estruturante, como organizador, sustentador e interpretante. Assim, as condições descritivas e interpretativas de caráter prospectivo, pelas inferências, dariam lugar às condições conjecturais. Esse ponto de vista teria como marcantes as condições de possibilidade e de condicionalidade, antes que de

certeza e comprovação. Barthes (1984) chama de dispersão o fluxo de significantes que não servem a um dado reconhecimento ou decifração, mas produzem significantes em cadeia infinita de interpretantes (PEIRCE, 1977).

Essa cadeia é marcada pela dinâmica da fluidez que perturba qualquer correspondência unívoca entre os processos sígnicos textuais. Há um *continuum*, mas, para Deleuze e Guattari (1955), esse *continuum* é responsável pela virtualidade que instaura a sobrelinearidade, característica dos rizomas. Esse, por definição, contempla as presenças, mas não a totalidade, os buracos, mas não os tamponamentos, os silêncios tanto quanto as falas, e as rupturas tanto quanto as continuidades. É nesse cenário que se pode pensar no caráter social dos enunciados – como se designará daqui para a frente os significados produzidos –, em razão de se inscreverem no enquadramento do enunciado e da enunciação, enunciador e enunciatário (BENVENISTE, 2008). Assim, “O caráter social da enunciação só é intrinsecamente fundado, se chegarmos a mostrar como a enunciação remete, por si mesma, aos agenciamentos coletivos [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1955, p. 18). Compreende-se, então, que é o agenciamento coletivo impessoal que exige a individuação do enunciado, e não o contrário.

Por esse tipo de agenciamento, a manifestação discursiva, por sua vez, realiza a sua dimensão social, e pelo discurso indireto explica todas as vozes presentes em uma só, ou todos os textos presentes em um só. As manifestações culturais da comunidade quilombola expressam-se em discursos de múltiplas vozes, embora essas vozes não se individualizem. O ato de significar é concomitante ao ato de comunicar, o que produz uma síntese simultaneamente errática e não linear, a qual constrói uma certa ordem de regularidade.

4 Dispersão e linhas de fuga

Parte-se do princípio que os agenciamentos procedem das articulações entre as cadeias semióticas dos diversos regimes de signos, as quais respondem não a um dado discurso significativo ou a enunciados de convergência, mas são máquinas a-significantes. Poder e desejo são elementos estruturantes da dinâmica dos significantes produzidos pelos conjuntos sociais, em especial em processos produtivos que os materializam como forma social de empoderamento e de pulsão. Seriam essas as motivações que organizaram as plataformas de luta da comunidade quilombola em estudo, quais sejam, a posse da terra, historicamente constituinte de reconhecimento geo-político, e o carnaval, processo de

cultura brasileira (a carnavalização) de inspiração afro. Em perspectiva rizomática, é reconhecido o entrecruzamento de poderes (na multilateralidade, circularidade e disrupção), impulsionados pelas pulsões e pelos significantes desejanter.

Trata-se, então, de perceber nas manifestações culturais da comunidade de que modo essa ordem de realidade pulsante aparece. Imagina-se que o caminho possa ser a percepção pragmática (MORRIS, 1978) que marca a constituição de uma comunidade em errância, atavicamente desejava de convergência, reconhecimento e localização. Guattari (2011) tem a intenção de construir uma instância pragmática de análise, o que permite aproximá-lo do pragmatismo acima referido, com a diferença relevante de referir-se não ao uso que os intérpretes fazem do signo, mas que explora a dimensão do desejo no campo social. Sua pretensão, portanto, não é reduzir, mas alargar o campo de aplicação para instâncias mais profundas do psiquismo. O objeto de aplicação deveriam ser os equipamentos coletivos, de natureza institucional complexa, cuja pertinência semiótica seria extensiva a um conjunto de componentes a esses equipamentos relacionados. A elaboração de uma hierarquia e de um percurso de níveis de pertinência semiótica seria uma primeira iniciativa no que concerne ao plano do conteúdo e da expressão, ambos dependentes do aparecimento dos fenômenos que se oferecem aos diversos modos de percepção sensível ou inteligível. Pressupondo a vivência de uma experiência semiótica, nesse caso reveladora ou conjectural, cabe interpretá-la em toda a sua potência. A autonomia que deve pautar a ocorrência desses dois planos, acrescida do movimento dispersivo da organização dos significados pelos sujeitos, permite que os deslocamentos territoriais, por vezes em espaços externos, outras em espaços internos, tenham um caráter sempre inaugural, quer pela molecularidade de corpos na constituição das linhas de fuga sustentadas pelos significantes em espiral.

Há, entretanto, os espaços de duração e permanência em que se pode operar com componentes semióticos complexos da ordem da natureza da organização, tais como: os econômicos, políticos, estratégicos, administrativos ou jurídicos; os decorrentes do estatuto do público ou do privado; e os perceptos e afetos individuais que permeiam órgãos, funções e comportamentos. É nessa ordem de formulação que se pode atuar sobre as máquinas estruturantes de poder, pela desconstituição das estruturas 'estruturadas' presentes nos equipamentos coletivos. A favor das desconstituições significantes está o fato de esses equipamentos coletivos comportarem operadores movidos pela energia molecular do desejo dos indivíduos e dos grupos humanos. Enfim, é nessa linha que se afirma que os

equipamentos coletivos “[...] deveriam ser considerados como máquinas que produzem as condições de possibilidade de toda infraestrutura econômica capitalística [...]” (GUATTARI, 2011, p. 30), cuja função seria inverter a relação fundadora dominante no mercado, pautada pelo valor de troca ou de mercado, pela instituição do valor do desejo a direcionar o valor-uso, pragmaticamente configurado. Ficaria instaurada a ordem de circularidade e conversão de diferentes valores em valores de intercâmbio capitalístico, a serem eles valores de agenciamento coletivo capazes de conectar-se sempre e novamente aos valores de desejo e de empoderamento.

5 Comunidade quilombola como linha de fuga

Expressão histórica e social da realidade, a cultura quilombola constitui-se em matéria significativa para a compreensão das condições maquínicas que engendraram seu modo de expressão identitária, por processos de apropriação e expropriação étnico-cultural. São relevantes os significados expressos em artefatos, comportamentos, rituais e práticas cotidianas. Produzem-se, assim, transformações nos territórios por fragmentos moleculares rizomáticos. A materialidade dos acontecimentos como fragmentos rizomáticos constitui a linha de fuga.

5.1 Espaços de experiência: comunidade quilombola

Como esses espaços de experiência historicamente se construíram, parece uma questão relevante. Refira-se, de passagem, aos marcos regulatórios da ampliação dos direitos de populações afro-descendentes, expressos na Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), denominada de Constituição Cidadã. No artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias, ela assegura a posse definitiva das terras a todas as comunidades remanescentes de quilombos. Já, no seu artigo 216, garante o tombamento dos documentos e sítios detentores de “reminiscências de antigos quilombos”. A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 216 reconhece o valor cultural dos quilombos e os define como patrimônio cultural brasileiro, por serem portadores de referências à identidade, à ação e à memória de um dos grupos formadores da nossa sociedade. O § 1º do artigo 215, presente na Constituição Federal, também se refere às manifestações culturais quilombolas:

“O estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.” (BRASIL, 1988). É nesses termos que a legislação disciplina a questão. É fato que, entre os marcos regulatórios e a realidade observada, há uma expressiva distância a ser diminuída por agendas públicas de inclusão.

A esses excertos de história oficial, os relatos orais dos quilombolas fazem o contraponto ao contar a saga da fuga de escravos durante uma viagem, em trânsito para serem negociados. Pouco antes da abolição da escravatura no Brasil, chegava a Três Passos um grupo de negros fugidos de um barco que ancorou na Lagoa dos Patos (também no Rio Grande do Sul (RS), Brasil). Nesse barco, havia negros vindos da África para serem vendidos a senhores de engenho ou a estancieiros da região de Palmares do Sul, Capivari, Mostardas e Viamão, todas essas cidades do RS. No desembarque, os negros se revoltaram e travaram uma luta sangrenta. Muitos deles morreram nesse embate, mas alguns conseguiram fugir. Na fuga, formaram pequenos grupos que se dividiram e se embrenharam em banhados para os lados de Palmares do Sul. A cerrada vegetação e a agilidade dos negros facilitaram a fuga. Um desses grupos, depois de longa caminhada, avistou um morro (das lombas, como se denominou), lugar ideal para se esconderem, pois era alto e permitia ver a mata e o banhado e, assim, poderiam vigiar a chegada de pessoas que pudessem representar perigo, em especial, os capitães do mato.

O grupo que ali chegou construiu ranchos de barro e galhos para servirem de abrigo. Nascia, então, o que viria a ser o quilombo. Outros foram constituídos na sequência, pela formação de casais e pelo o aparecimento de suas proles de rápida multiplicação. Foram demarcados lotes, mas as terras não tinham registro, nem nome. Logo, entretanto, identificaram a necessidade de demarcar essas terras que cada grupo familiar considerava de sua posse. Inauguravam-se, assim, várias comunidades unidas pela vizinhança e pela necessidade de enfrentar os problemas diários. A esse relato informal e rememorativo, outras narrativas foram agregadas, e indicavam a formação de várias comunidades vizinhas. Essas comunidades eram de certa forma ‘aparentadas’, se não por laços de família, por problemas comuns e por traços de cultura convergentes.

O importante dessa retomada das origens é situar as comunidades quilombolas como espaço de construção de um tipo então diferenciado de convivência e organização. Nelas, o isolamento tem o significado de manutenção das fronteiras simbólicas e o que as diferencia são as formas de relacionamento com os espaços de uso familiar, as relações e as

alianças entre famílias. Esse processo configurou-se como dispersão de que resultaram, na sequência, comunidades não comunicantes entre si, tanto quanto se esperaria de suas raízes históricas comuns. Sua luta histórica foi pela posse da terra. A mais estruturada dentre esses núcleos quilombolas é a Comunidade Quilombola Areal da Baronesa.

5.2 A territorialização da Comunidade Quilombola Areal

Essa comunidade é conhecida como o Areal da Baronesa. O local fica no limite entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus e é um dos mais tradicionais redutos de cultura negra na capital gaúcha. A área de 4,5 mil m² compreende a Avenida Luiz Guaranha, que é uma rua sem saída, onde vivem, hoje, 67 famílias e cerca de 300 pessoas. As imagens apresentadas logo a seguir dão uma ideia parcial dessa comunidade.

Figura 1 - Imagens da vila Quilombo do Areal



Fonte: Dados do Grupo de Pesquisa GDEICS¹

A conquista mais relevante desse grupo comunitário foi a obtenção do registro da área urbana ocupada pelo grupo. Esse foi um esforço coletivo que manteve a comunidade ativa e congregada. A posse da área está em nome de uma Associação por eles organizada e não poderá ser vendida, nem penhorada. Possuem total autonomia para admitir novos moradores, novas construções, mas todas as decisões devem passar por reuniões da Associação. A emissão de título é muito importante porque garantiu que poderão permanecer no mesmo espaço e que não ficarão à mercê de possíveis reestruturações urbanas forçadas. É inusitado como a comunidade conseguiu manter-se em uma área central da cidade desde o século XIX, já que Porto Alegre é alvo de frequentes remoções forçadas e processos de gentrificação.

¹ Os materiais integram o acervo do Grupo de Pesquisa Design Estratégico para Inovação Cultural e Social (GDEICS).

Esses dados constam em registros informais e orais que constituem o acervo da história oral. Seus moradores informam, com orgulho, ter sido do Areal o primeiro Rei Momo de Porto Alegre, Adão Alves de Oliveira, o Lelé. Entre as décadas de 1920 a 1950, aproximadamente, o Areal da Baronesa foi um dos redutos do Carnaval de rua em Porto Alegre. “Na época de minha avó e minha bisavó, grupos chamados de coretos passavam por aqui. Era costume moradores oferecerem uma grande festa em sua casa para determinado coreto”, conta Fabiane Xavier, integrante da Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal. Com o surgimento das escolas de samba, o festejo nos bairros diminuíram, mas a região seguiu sendo importante para a folia de carnaval. O presidente da Associação conta que a comunidade tem procurado saber mais sobre a história que os liga ao futuro território quilombola. “Alguns jovens querem saber mais sobre nossa história. Nós temos casas de religião afro aqui, temos um grupo de capoeira. Estamos procurando resgatar nossas raízes para as nossas crianças entenderem”. Uma das iniciativas mais recentes é a escola de samba mirim do Areal da Baronesa, que tem marcado presença na atual onda de reerguimento do Carnaval de rua em Porto Alegre.

6 Engendramentos dispersivos

No âmbito do design e da comunicação, ações colaborativas e processos criativos permitirão a apropriação das práticas do grupo, a identificação dos dados de cultura remanescente e atual e a formulação de estratégias de natureza pragmática e política. Objetiva-se a geração de novos conhecimentos e de inovação social, com vistas: ao favorecimento do desenvolvimento sustentável (ambiental, econômico e social); à melhoria de geração de renda; e à consolidação da autonomia e do empoderamento da comunidade quilombola. Essa linha de fuga ocupa-se, em especial, dos processos de inclusão de seus membros no tecido social da cidade, até porque de um lado, eles se reconhecem quilombolas, e de outro, não conseguem ser nomeados como comunidade quilombola, além de não serem reconhecidos pela sua cultura. As pesquisas mostraram que houve um tipo de aculturação que acabou por apagar os traços vivos da cultura negra, tão expressiva em outros pontos do país.

Preliminarmente, a perspectiva era de que as manifestações culturais quilombolas apresentassem traços de diferenciação e pertencimento étnico, de certa forma indicativos de temas estruturantes de identidade, gênero, cultura e política. Entretanto, o que se

considerava como relevante para a criação de uma sociedade permeável e sem violência, resultou no quase desaparecimento de traços culturais de origem e na aproximação com a cidade por valores de trabalho e renda. É visível, também, que a qualidade de vida urbana no entorno do território do Areal não contaminou a comunidade positivamente.

Uma proposta de inclusão dos membros dessa comunidade passaria pela prática de discursos que se contraponham aos saberes institucionalizados, pela crítica aos controles internos e externos que substanciariam as práticas dinâmicas de interdição e permissão, segredo e revelação, desconstituição e empoderamento, todas elas práticas libertárias. Esses enunciados, expressão de múltiplas realidades, encontram nas máquinas semióticas os operadores internos de cultura e os elementos externos institucionais; eles encontram, também, nos processos criativos e na inovação social, os articuladores dos equipamentos maquínicos das semióticas moleculares. Esses processos culturais de inovação encontram na abordagem semiótica uma chave interpretativa relevante para a expressão das representações simbólicas das comunidades, e os processos dispersivos montam seus fluxos nos movimentos de territorialização, reterritorialização e desterritorialização (GUATTARI, 2011).

A análise do *modus vivendi* dessa comunidade mostra proximidade às condições vividas pelos guetos, por três características, pelo menos: a territorialização, processo sustentado por imposição de códigos que garantem identidade; a desterritorialização, processo de transmigração que funciona como um dispositivo de mudanças em espaços contíguos; e a reterritorialização, talvez o mais relevante, pelo fato de nele serem reincorporadas as transformações, não tal como se deram ao sair das fronteiras do gueto/comunidade, mas já ressignificadas. Diferentemente de outros tipos de guetos, o quilombola estrutura-se não por fatores de identificação, transgressão ou códigos, mas por outro, preliminar e alheio à vontade do membros da comunidade, ou seja, por preconceito racial, por histórico de escravidão e pobreza, internalizado e quase transparente. Trata-se de uma exclusão real, mas silenciosa, ou melhor, invisível ou naturalizada, de tal sorte que não encontra facilmente condições de reação no interior do grupo.

Para Foucault (1996), a simples existência de um 'corpo de forças' contém em si mecanismos de poder e de submissão que enclausuram ou libertam. Nesse caso, realiza-se um movimento pendular entre as forças opressoras que geram controle e repressão e aquelas que trabalham valores e práticas libertárias. O design aparece como agente mediador entre o dentro e o fora dos muros simbólicos, e contribui para o fortalecimento da

comunidade (guetização positiva,) criando, como diria Simondon (2007), uma zona de transdução. As linhas de fuga são como fendas por onde passam os restos de uma cultura fragmentada, no curso de uma trajetória de migração escravocrata e de dispersão pelas condições adversas da sobrevivência dos quilombos.

As ações que resultarem desses processos criativos devem representar uma nova ordem de relações que não mimetizam as relações de poder presentes nas instituições de produção e geração de renda de base capitalística. Manter as ações colaborativas em comunidades criativas diferenciadas em relação aos processos empresariais e de consumo vigentes é, entretanto, uma questão central.

Os processos criativos desenvolvidos junto a comunidades desejantes compreendem um período de concepção, aprendizagem, experiência e autonomia, essa última fundamental para o devir dos acontecimentos. Como em todas as ações projetuais estratégicas e transformadoras, o elemento configurante é o desejo de mudança; o lastro na cultura existente; a agentividade na condução das ações em todas as suas instâncias; e a prática regular da cooperação e a gestão participativa dos resultados, todos esses como acontecimentos equilibrados entre si.

7 Considerações: sobre fluxos e dobras estruturantes

As manifestações culturais expressam os traços de diferenciação étnica e pertencimento social, indicativos, de certa forma, de temáticas como identidade, gênero, cultura e política. No sentido de atuar para a criação de uma sociedade sustentável e colaborativa, o design e a comunicação apresentam-se como uma metodologia mista, capaz de, por suas iniciativas habilitantes, gerar valor nas esferas de trabalho e renda e de estabelecer condições de diálogo com a sociedade. Os territórios dessas cidades são desenhados, desenvolvidos e valorizados segundo lógicas que expressam, por diferentes recortes políticos, as diferenças de ordem econômica em seus extratos étnicos, religiosos ou geográficos e em suas opções sexuais. A cidade cria suas dobras, espaços amplos ou pequenos, luxuosos ou miseráveis, lúdicos ou opressivos. O fluxo entre essas dobras faz a cidade pulsar no movimento constante de abrir e fechar das válvulas de seus sistemas de controle e que lhe garantem a dinâmica dos organismos vivos. Nesse movimento circulam referências, histórias e aprendizagens.

Nesse contexto de construções comunitárias, surgem os efeitos de sentido simbólicos, em especial no modo de representação dos quilombolas como afro-descendentes, ciosos, na rememoração oral, das expressões culturais herdadas. Como efeito de dispersão, as práticas cotidianas não manifestam essas marcas de cultura, pelo contrário, há evidências de que o fato de ser uma Comunidade Quilombola situada em zona central da cidade determinou a forte presença da cultura urbana, a ponto de, por vezes, sobrepor-se à cultura de origem desse grupo de descendentes. É como se o processo de aculturação, em tese positivo, fizesse recuar para o plano da memória suas origens. No âmbito desse registro ficam, por exemplo, o modo como eles vivenciam o carnaval, considerado uma das festas populares mais significativas, ou como manifestam resquícios da religião afro, pela prática da capoeira. Assim, a análise do modo de vida dessa comunidade não consegue realizar o processo territorialização/reterritorialização, esse último talvez o mais relevante, pelo fato de ser responsável pela reincorporação das transformações ocorridas nas fronteiras da comunidade com a cidade, já ressignificadas. Essa espécie de sombra que minimiza os traços da cultura quilombola, talvez resulte de uma culpa atávica, incorporada não conscientemente pelas pessoas, e construída pela sociedade nas dobras do preconceito racial e do histórico de escravidão e pobreza.

Trata-se de uma quase auto-exclusão silenciosa, operada a partir de forças externas, e que, por falta de conscientização, não encontra facilmente condições de reação no interior do grupo. De fato, diferentes naturezas de muros corpóreos ou incorpóreos instauram-se de tal forma que separam os tipos humanos por suas crenças, cor de pele, tradições, etnias, origens geográficas, opções sexuais, deficiências e fetiches. Na base desse tipo de organização, está a segregação e o controle do diferente, a produzir-se no estranhamento e na contradição.

Um ponto a destacar é a importância conferida à posse oficial da terra, preocupação desde as primeiras organizações grupais, por famílias ou vizinhanças, com a divisão dos lotes e com a identificação de seus donos. De uma ação política regular (agenciamentos coletivos), obteve o título de posse da terra onde está erguida a Comunidade Quilombola do Areal da Baronesa, espaço ocupada desde o século XIX. É um exemplo de resistência aos deslocamentos territoriais que pretendam proceder a forçadas reestruturações urbanas. A totalidade dos deslocamentos territoriais moleculares, do entrecruzamento de poderes e dos equipamentos coletivos tem como anteparo os termos da Constituição Federal Brasileira de 1988. Ela reconhece a cultura quilombola como patrimônio nacional por ser

um dos grupos formadores da nacionalidade e participantes do processo civilizatório nacional.

Referências

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Lisboa: Edições 70, 1984.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 out. 2016.

BRASSET, Jamie; MARENKO, Betti. Introduction: assembling Deleuze and design. In: BRASSET, Jamie; MARENKO, Betti (Eds.) **Deleuze and design**. Edinburgh: Edinburgh University, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Edições 34, 1955.

ECO, Umberto. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FRANZATO, Carlo. O princípio do deslocamento na base do metadesign. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 11., 2014, Gramado. **Anais...** Gramado: Blücher, 2014.

GUATTARI, Félix. **Lineas de fuga: por outro mundo de posibles**. Buenos Aires: Cactus, 2011.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 2005.

MORRIS, Charles. **Fundamentos da teoria dos signos**. São Paulo: Cultrix, 1978.

PEIRCE, Charles. Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

SIMONDON, Gilbert. **L'individuation psychique et collective**. Paris: Aubier, 2007.

ZURLO, Francesco. Design strategico. In: **XXI Secolo**. Roma: Enciclopedia Treccani, 2010.

Flows and territoriality: quilombola community as drain line

Abstract

This paper aims to study the 'quilombo' culture in migration to urban areas. The urban territory we have focused on is the Community Quilombola Areal da Baronesa, located in Porto Alegre, Rio Grande do Sul. The theoretical framework is inspired on the unfolding of semiotic machines developed by Deleuze and Guattari, with emphasis on the concepts of flows and territoriality. The symbolic meanings of the artifacts will be analyzed - behaviors, rituals, every day practices, among other manifestations of that Community. Culture practices stimulate design practices. These practices provide inputs for the discussions that considers them as ecosystems whose creative design processes are capable of producing artifacts that can transform social reality. The production of effects of meanings will be contemplated as well as culture expressions, practice of symbolic power, expressions of desire and social innovation.

Keywords

Design. Culture. Territoriality. Drain lines. Quilombo community.

Recebido em 29/09/2016

Aceito em 17/10/2016

Copyright (c) 2016 Ione Maria Ghislene Bentz. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

